



Sessão da CFT dia 14: mobilização incomoda deputados

PCCR

## Todos à CFT na quarta-feira

O PL 6613 só não foi aprovado na CFT porque simplesmente não foi colocado em pauta. Foi o que concluiu quem assistiu a reunião da última quarta (14). O requerimento para a inclusão do PL na pauta recebeu dez votos favoráveis e quatro contrários. Essa vitória só não foi homologada porque o quórum mínimo para a deliberação é de 17 deputados na Comissão.

Tudo isso mostrou que está dando resultado o trabalho de percorrer cada gabinete pedindo apoio para a votação do PL. Os parlamentares demonstraram querer aprovar o projeto e a expectativa é de que ele seja incluído na pauta da próxima quarta, dia 21.

Portanto, no dia 21, a partir das 9h, vamos todos voltar à CFT e demonstrar mais uma vez o descontentamento da nossa categoria, há cinco anos sem reajuste. Precisamos marcando presença no plenário para pressionar a Comissão de Finanças, que mantém o PL 6613 parado há mais de um ano.

A declaração de que o governo não incluirá o impacto do PL 6613 na LOA 2012, como afirmou a ministra Miriam Belchior na semana passada, só reforça o caminho que

temos de seguir: pressão total. Os diretores continuarão o trabalho na Câmara e o foco serão os membros da CFT que não participaram da última sessão.

Os servidores precisam lotar o plenário da Comissão na próxima quarta e mostrar

que não vamos nos intimidar, tampouco desistir. Na última quarta, muitos parlamentares que são contra a inclusão do PL na pauta ficaram incomodados com a nossa mobilização. Isso demonstra que estamos na direção certa.

### Corpo a corpo no Congresso

A Comissão de Finanças e Tributação é, sem dúvida, um dos principais alvos da nossa mobilização, uma vez que há necessidade do nosso projeto ser colocado em votação o mais rápido possível. Ainda mais porque o fato de colocar o PL 6613 na pauta da CFT tende a fortalecer as negociações nos outros âmbitos.

Os coordenadores do Sindjus darão continuidade no início da próxima semana ao trabalho de articulação que vem sendo feito diariamente no Congresso Nacional. Os representantes do sindicato vão percorrer os gabinetes dos membros da Co-

missão de Finanças, da Comissão Mista de Orçamento, das lideranças partidárias e de aliados novos e históricos do movimento sindical.

O objetivo é contra-atacar o corpo a corpo que está sendo realizado por representantes do governo, que querem impedir nosso reajuste salarial. Você pode se juntar aos coordenadores nessa empreitada, ajudando-nos a dialogar e convencer o maior número de deputados que o PL 6613/09 é legítimo e sua aprovação é fundamental para o aprimoramento da nossa categoria e da Justiça brasileira.

# Mandado de Segurança exige inclusão do reajuste na LOA

O Sindjus impetrou Mandado de Segurança (nº 30896/DF) com pedido de liminar contra ato ilegal, abusivo e arbitrário praticado pela presidenta Dilma, pela ministra Miriam Belchior e pela União Federal no tocante ao orçamento do Judiciário.

Segundo o MS, o Poder Judiciário ao encaminhar sua proposta orçamentária observou os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, atendendo aos comandos constitucionais e legais. Já o Poder Executivo extrapolou sua esfera de competência ao não encaminhar para o orçamento de 2012 os recursos reivindicados pelo Poder Judiciário em sua proposta orçamentária.

A Mensagem 355/2011 ao invés de encaminhar Projeto de Lei Modificativo ao PLOA fazendo incluir integralmente a proposta orçamentária do Poder Judiciário

recomendou claramente a sua não aprovação com base na situação financeira do Brasil. Segundo a ação, a atitude ilegal do Poder Executivo ficou mais uma vez evidenciada quando a Ministra do Planejamento afirmou na Comissão Mista do Orçamento que não irá incluir as despesas para o aumento salarial do Poder Judiciário.

Dessa maneira, o Executivo violou diversos artigos da Constituição Federal, como o Art. 2º, que trata da harmonia que deve existir entre os Poderes. Segundo a ação houve "violação flagrante ao postulado da independência e da harmonia que deve prevalecer entre os Poderes, gerando desnecessário desgaste Institucional, somente restando a busca da via judicial para sanar a omissão perpetrada, não por equívoco, mais sim deliberadamente promovida pelas Ilustres Autoridades apontadas".

O MS se faz necessário para assegurar que a proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Judiciário ao Executivo Federal seja mantida em sua integridade, sem nenhuma modificação ou corte de recursos, aí incluídos aqueles destinados ao reajustamento dos salários dos servidores públicos do Judiciário Federal PL 6613/2009, bem como para a recomposição dos subsídios dos Magistrados PL 7749/2010 e para o pagamento do reenquadramento prevista no PL 319/2007.

O pedido de Liminar tem o objetivo de determinar à presidenta Dilma que encaminhe ao Congresso projeto de lei modificativo ao PL 28/2011-CN (PLOA), fazendo nele incluir a proposta orçamentária do Poder Judiciário, a ela remetida pelo STF, por meio da Mensagem 58, bem como pelos demais Tribunais e Órgãos do Poder Judiciário Federal.

## Semana agitada para PL6613

A última semana foi bastante agitada em relação ao processo de aprovação do PL 6613/09. Logo no início da semana, o corpo a corpo dos coordenadores do Sindjus no Congresso Nacional trazia mais adesões ao nosso projeto. Adesões essas que foram confirmadas na reunião da CFT do dia 14. Nosso projeto só não foi incluído na pauta por falta de quorum, uma vez que conquistamos 10 votos favoráveis à inclusão e apenas 4 contrários.

Um dia depois dessa reunião, os coordenadores voltaram à Câmara para buscar os 3 votos restantes para nosso projeto poder constar na pauta da próxima sessão. Tanto que o foco foi justamente os parlamentares que não participaram da última reunião. Os coordenadores também visitaram todos os deputados que votaram a favor do requerimento de inclusão de pauta, para agradecer e reforçar o apoio.

O deputado Gilmar Machado, membro da CMO, ficou de conversar com ministra Miriam Belchior sobre o reajuste do Judiciário no intuito de buscar uma negociação. Para completar o movimento de pressão, em apenas dois dias os servidores enviaram mais de 2.600 cartas para os membros da Comissão de Finanças. Como se pode observar, construímos uma semana bastante agitada em que contabilizamos uma série de avanços. Nesta semana, vamos intensificar ainda mais o ritmo da nossa mobilização.

## Peça apoio aos deputados do seu estado

Está no site do Sindjus uma nova carta eletrônica pedindo a aprovação do PL 6613/2009. No entanto, trata-se de uma carta diferente das demais, pois é direcionada aos deputados do Estado de origem dos servidores. Isto é, se você nasceu, por exemplo, na Bahia, vai enviar uma carta aos parlamentares que representam o povo baiano na Câmara dos Deputados, pedindo o apoio deles ao nosso projeto.

Ao promover o envio de cartas entre conterrâneos, o sindicato busca estreitar os laços existentes entre o Legislativo e o PL 6613/09. O documento fala do surgimento de uma conjuntura favorável para a votação do projeto que está há mais de um ano na CFT, a partir do apoio do Judiciário, de parlamentares e da sociedade. Não perca tempo, envie já a sua!